

## RESOLUÇÃO Nº 23/2019

A Comissão Municipal Especial para eleição do Conselho Tutelar/2019, torna público o ato de convocação para inscrições voluntarias para interessados em trabalhar nas eleições 2019 como mesários e respectivos suplentes.

1º considerando que segundo o Código Eleitoral, os membros da mesa receptora (mesários) e escrutinadores (no caso de votação manual) deverão ser nomeados por um Juiz Eleitoral. Em se tratando de um processo de escolha diferenciado, voltado à escolha de membros do Conselho Tutelar, cabe a Comissão Eleitoral selecionar, credenciar e capacitar os mesários e escrutinadores, que devem ser escolhidos preferencialmente entre os servidores públicos do município, que tenham experiência na função, conforme art. 11, §6º, inciso VI, da Resolução nº 170 do CONANDA, transcrito abaixo:

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

2º considerando que, apesar das peculiaridades do pleito, os mesários e escrutinadores nomeados em caráter oficial para o exercício da função, são considerados "funcionários públicos" para fins penais (cf. art. 327, do Código Penal) e "agentes públicos" para fins de incidência das disposições da Lei nº 8.429/92 (cf. art. 2º, da Lei de Improbidade Administrativa), devendo disto ser expressa e formalmente alertados:



3º considerando que os eleitores menores de 18 anos de idade e os que não possuem a situação regular com a Justiça Eleitoral não podem compor a mesa receptora. Mas existem outros eleitores específicos que também são impedidos de ser mesários: os candidatos, seus cônjuges e parentes até o terceiro grau (mãe, pai, filho, filha, avô, avó, neto, neta, irmão, irmã, Tios, sobrinhos, bisavós e bisnetos), mesmo que por afinidade (sogro, sogra, genro, nora, cunhado e cunhada); os membros dos diretórios de partidos que exerçam função executiva; os agentes e autoridades policiais, assim como funcionários com cargos de confiança do Executivo e os que pertencem ao serviço eleitoral. Os nomeados que não declararem a existência dos impedimentos referidos nesse artigo, estarão sujeitos a sanções de ordem civil e administrativa, inclusive na forma prevista pela Lei nº 8.429/92;

4º considerando que em cada local de votação deve haver pelo menos 01 (uma) mesa receptora;

5º considerando que as mesas receptoras têm a atribuição de receber os eleitores, conferir se estes realmente possuem título e documento de identidade válidos e/ou se encontram na relação de eleitores do município, fazendo-os assinar a lista de frequência/caderno de eleitores e, após o término do período disponibilizado para votação, remeter a urna, devidamente lacrada, ao local determinado para a realização da apuração, além de lavrar a respectiva ata, com todas as ocorrências porventura verificadas, recolher e lacrar em envelope próprio as cédulas excedentes, lacrar e assinar as urnas sob sua responsabilidade e cumprir as demais determinações da Comissão Eleitoral;

6º considerando, as atribuições de cada membro da mesa receptora, quais sejam:

- 6.1. Compete ao Presidente da Mesa Receptora de Votos:
- I receber o material de votação, correspondente a sua mesa receptora de votos da Comissão Eleitoral;
- II comparecer no local de votação, juntamente com os demais membros da Mesa Receptora de Votos, até as 07:00 horas do dia da eleição, para inspeção e preparação do local, instalando as cabinas, conferindo e organizando o material de votação;



III - estar presente no ato de abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento à Comissão Eleitoral, pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso de eleição;

IV - afixar as listas dos candidatos próximo à cabina de votação;

V - providenciar almofada com tinta para os analfabetos e os que não puderem assinar, exercerem o seu direito ao voto;

VI - substituir urnas e remanejar cédulas eleitorais, caso seja necessário;

VII - autorizar os eleitores a votar;

VIII - informar à Comissão Eleitoral, os fatos que impeçam ou dificultem o início do processo de votação;

IX - resolver imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;

X - manter a ordem, para o que poderá acionar a Polícia Militar ou Guarda Municipal;

XI - consultar a Comissão Eleitoral e o Ministério Público sobre ocorrências cujas soluções deles dependerem;

XII - receber as impugnações dos fiscais dos candidatos, consignando-as em ata;

XIII - fiscalizar a distribuição das senhas;

XIV - zelar pela preservação das urnas, da cabina de votação e da lista contendo os nomes e/ou apelidos e os números dos candidatos, disponível no recinto da Seção;

XV - verificar as credenciais dos representantes e/ou fiscais dos candidatos;

XVI - coordenar o trabalho do mesário, secretário e fiscais, no intuito de organizar o processo de eleição;

XVII - declarar encerrada a votação às 17:00 horas e determinar o responsável encarregado da distribuição de senhas numeradas aos eleitores presentes, recolhendo seus títulos de eleitor;

XVIII - vedar a fenda da urna de lona com o lacre apropriado, rubricado por ele e pelo Secretário e, facultativamente, pelos fiscais dos candidatos e do representante do Ministério Público;



XIX- recolher todo o material de votação e entregá-lo mediante recibo em 02 (duas) vias, com a indicação de hora à Comissão Eleitoral e/ou representante indicado por ela, que por sua vez entregará o material no local designado para escrutínio, para a contagem final dos votos, logo após o encerramento da eleição.

## 6.2. Compete ao Secretário:

- I elaborar a ata da eleição, onde constarão as impugnações, os incidentes ocorridos no curso da votação e o número de eleitores votantes;
- II distribuir aos eleitores, às 17:00 horas, as senhas de entrada, previamente rubricadas ou carimbadas, segundo a ordem numérica;
- III cumprir as demais obrigações que lhe for atribuída.

Parágrafo único. A ata deverá ser assinada pelo Secretário, Presidente e Mesário, além dos fiscais presentes.

## 6.3. Compete aos Mesários:

- I identificar o eleitor e entregar o comprovante de votação;
- II substituir o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes ainda, assinar a ata da eleição.

Parágrafo único. Não comparecendo o Presidente até as 07h30min, assumirá a Presidência, o Mesário e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos Suplentes indicados pelo Coordenador Local.

- **6.4.** Compete aos componentes das Mesas Receptoras:
- I cumprir as normas e procedimento estabelecidos pela Comissão Eleitoral;
- II registrar a impugnação dos votos apresentados pelos fiscais na ata e proceder a colheita do voto em separado;
- III verificar a urna de lona e o material necessário para a votação, antes do início da eleição e, em caso de irregularidade, comunicar ao Ministério Público e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tomando as providências cabíveis;
- IV cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas.



Resolve, a comissão Municipal Especial para eleição do Conselho Tutelar/2019, tornar público o processo de escolha aos membros da mesa receptora, bem como informar a abertura das inscrições voluntarias para os interessados em trabalhar nas eleições para conselheiro tutelar, no dia 06 de outubro de 2019, a serem realizadas na sede do COMDICA entre os dias 19, 20 e 23 de setembro a partir das 08h às 13h, devendo ser entregues os seguintes documentos: cópia do RG, CPF e título de eleitor.

Buíque, 18 de setembro de 2019.

Karla Cybelle Gomes da Silva

Presidente do COMDICA